

## **Aula 19**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Tulio Lages**

24 de Julho de 2025

## Índice

1) Simulado - Funções Essenciais à Justiça - ME .....	3
2) Simulado - Poder Executivo - ME .....	15
3) Simulado - Poder Judiciário - ME .....	27
4) Simulado - Poder Legislativo - ME .....	37



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	12

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Funções Essenciais à Justiça.

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) A Constituição Federal de 1988 assegura ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira. Analise os itens a seguir e depois assinale a alternativa correta:**

I – Cabe ao Ministério Público elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

II – Cabe ao Ministério Público propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e títulos.

III - Cabe ao Ministério Público representar judicialmente as entidades públicas.

IV - Cabe ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial.

Estão corretos os itens:

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.



d) II e IV.

e) III e IV.

## **2) A destituição do Procurador-Geral da República depende de iniciativa do**

a) Presidente da República e de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

b) Presidente da República e de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

c) Presidente da República e de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

d) Conselho Nacional do Ministério Público e de autorização da maioria simples do Congresso Nacional.

e) Conselho Nacional do Ministério Público e de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

## **3) O Conselho Nacional do Ministério Público possui competências de controle administrativo e financeiro do Ministério Público, além de zelar pelo cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Considerando o que dispõe o texto constitucional, apresenta corretamente uma competência do CNMP:**

a) Compete ao CNMP elaborar relatório semestral, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação de cada unidade do Ministério Público no País e as atividades do Conselho.

b) Compete ao CNMP rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

c) Compete ao CNMP zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos gerais regulamentares, no âmbito de sua competência, vedada a recomendação de providências.

d) Compete ao CNMP receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, exceto em relação aos seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição.

e) Compete ao CNMP apreciar, apenas mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, oportunidade em que poderá desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.



#### 4) Considere as seguintes alternativas:

I - A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

II - Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal não possuem direito à vitaliciedade, mas podem adquirir estabilidade após 3 anos de efetivo exercício.

III - Cabe à FUNAI – Fundação Nacional do Índio defender judicialmente os interesses das populações indígenas.

IV - O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo absolutamente inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

V - Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Está correto o constante nos itens

a) I e IV.

b) II e III.

c) I e V.

d) III e IV.

e) II e V.

#### 5) A Emenda Constitucional nº 80/2014 introduziu mudanças significativas em relação à Defensoria Pública. Assinale a alternativa correta, nos termos da Constituição:

a) Aos Defensores Públicos é garantida remuneração mediante o pagamento de vencimentos acrescidos de honorários de sucumbência.

b) O Defensor Público pode exercer a advocacia privada, ou seja, fora de suas atribuições institucionais.

c) É garantida vitaliciedade no cargo após dois anos de efetivo exercício por parte do Defensor Público.

d) Regem a Defensoria Pública os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional.

e) É garantida vitaliciedade no cargo após três anos de efetivo exercício por parte do Defensor Público.



## GABARITO

1. B	2. B	3. B	4. E	5. D
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

**1) A Constituição Federal de 1988 assegura ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira. Analise os itens a seguir e depois assinale a alternativa correta:**

I – Cabe ao Ministério Público elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

II – Cabe ao Ministério Público propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e títulos.

III - Cabe ao Ministério Público representar judicialmente as entidades públicas.

IV - Cabe ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial.

Estão corretos os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

### Comentários

Item I – certo. De acordo com o art. 127, § 3º, da CF/88, cabe ao Ministério Público elaborar sua própria proposta orçamentária, devendo ser observados os limites estabelecidos na LDO.

*Art. 127, § 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.*



Item II – errado. De acordo com o art. 127, § 2º, da CF/88, o provimento de cargos no Ministério Público deve ser feito por concurso público de provas ou de provas e títulos, não sendo obrigatória a cobrança dos títulos nos certames.

*Art. 127, § 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.*

Item III – errado. Nos termos do art. 129, IX, da CF/88, é vedado ao Ministério Público a representação judicial de entidades públicas, função que deve ser exercida pelos respectivos órgãos de advocacia.

*Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:*

*(...)*

*IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe **vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.***

Item IV – certo. De acordo com o art. 129, inciso VII da CF/88, cabe ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial, na forma que lei complementar dispuser.

*Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:*

*(...)*

*VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;*

**Gabarito: Letra B.**

## **2) A destituição do Procurador-Geral da República depende de iniciativa do**

- a) Presidente da República e de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- b) Presidente da República e de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- c) Presidente da República e de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- d) Conselho Nacional do Ministério Público e de autorização da maioria simples do Congresso Nacional.
- e) Conselho Nacional do Ministério Público e de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

### **Comentários**



O Presidente da República e quem nomeia o Procurador-Geral da República, após aprovação da maioria absoluta do Senado Federal. O caminho inverso (destituição do cargo) exige o preenchimento desses mesmos requisitos: iniciativa do Presidente da República e aprovação a maioria absoluta do Senado Federal. Vejamos o teor do art. 128, §§ 1º e 2º, da CF/88:

*Art. 128, § 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.*

*§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.*

**Gabarito: Letra B.**

**3) O Conselho Nacional do Ministério Público possui competências de controle administrativo e financeiro do Ministério Público, além de zelar pelo cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Considerando o que dispõe o texto constitucional, apresenta corretamente uma competência do CNMP:**

- a) Compete ao CNMP elaborar relatório semestral, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação de cada unidade do Ministério Público no País e as atividades do Conselho.
- b) Compete ao CNMP rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- c) Compete ao CNMP zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos gerais regulamentares, no âmbito de sua competência, vedada a recomendação de providências.
- d) Compete ao CNMP receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, exceto em relação aos seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição.
- e) Compete ao CNMP apreciar, apenas mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, oportunidade em que poderá desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

### Comentários

Letra A – incorreta. O relatório do CNMP será **anual**, e não semestral como afirmado na assertiva. É por meio desse relatório que o CNMP propõe providências para atuação dos Ministérios Públicos de todo o país e os orienta sobre os rumos a serem seguidos. Este relatório encontra previsão no inciso V do §2º do art. 130-A da CF/88.





*Art. 130-A, § 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe: (...)*

*V — elaborar relatório **anual**, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.*

Letra B – correta. A assertiva está de acordo com o art. 130-A, §2º, inciso IV da CF/88.

*Art. 130-A, § 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe: (...)*

*IV — rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;*

Cabe destacar que é muito comum que as bancas examinadoras tentem confundir esse prazo: O CNMP só poderá rever de ofício ou mediante provocação os processos disciplinares julgados **há menos de um ano**.

Letra C – incorreta. O CNMP poderá fazer tudo que foi mencionado na assertiva, inclusive a recomendação de providências a serem tomadas pelos Ministérios Públicos. Uma vez que a assertiva exclui as recomendações, temos sua incorreção.

*Art. 130-A, § 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:*

*I — zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou **recomendar providências**;*

Letra D – incorreta. O CNMP irá receber e conhecer as reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, **INCLUSIVE** em relação aos seus serviços auxiliares. Os serviços auxiliares não são uma exceção, como afirmado pela assertiva.

*Art. 130-A, § 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe: (...)*

*III — receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, **inclusive** contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;*

Letra E – incorreta. De acordo com o art. 130-A, § 2º, inciso II, da CF/88, a apreciação da legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados poderá ser



**revista mediante provocação ou de ofício** pelo CNMP, oportunidade em que o órgão poderá desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

*Art. 130-A, § 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe: (...)*

*II — zelar pela observância do art. 37 e apreciar, **de ofício** ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;*

**Gabarito: Letra B.**

#### **4) Considere as seguintes alternativas:**

I - A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

II - Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal não possuem direito à vitaliciedade, mas podem adquirir estabilidade após 3 anos de efetivo exercício.

III - Cabe à FUNAI – Fundação Nacional do Índio defender judicialmente os interesses das populações indígenas.

IV - O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo absolutamente inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

V - Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Está correto o constante nos itens

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I e V.
- d) III e IV.
- e) II e V.

**Comentários**



Item I – errado. Conforme o art. 131, *caput*, da CF/88, a lei que dispuser sobre a organização e o funcionamento da Advocacia-Geral da União deve ser complementar, não ordinária.

*Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.*

Item II – certo. A CF/88 não estende a vitaliciedade aos Procuradores dos Estados e do DF, mas assegura a essa categoria o direito à estabilidade, mediante aprovação em avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, e após relatório circunstanciado das respectivas corregedorias:

*Art. 132 Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.*

*Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.*

Item III – errado. Conforme o art. 129, inciso V, da CF/88, cabe ao Ministério Público defender judicialmente os interesses das populações indígenas.

*Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:*

*V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;*

Item IV – errado. Nos termos do art. 133 da CF/88, a inviolabilidade pelos atos e manifestações no exercício da profissão de advogado não é absoluta, devendo ser observados os limites impostos por lei.

*Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.*

Item V – certo. A assertiva está de acordo com o art. 130, § 5º, da CF/88:

*Art. 130, § 5 Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.*

**Gabarito: Letra E.**

**5) A Emenda Constitucional nº 80/2014 introduziu mudanças significativas em relação à Defensoria Pública. Assinale a alternativa correta, nos termos da Constituição:**



- a) Aos Defensores Públicos é garantida remuneração mediante o pagamento de vencimentos acrescidos de honorários de sucumbência.
- b) O Defensor Público pode exercer a advocacia privada, ou seja, fora de suas atribuições institucionais.
- c) É garantida vitaliciedade no cargo após dois anos de efetivo exercício por parte do Defensor Público.
- d) Regem a Defensoria Pública os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- e) É garantida vitaliciedade no cargo após três anos de efetivo exercício por parte do Defensor Público.

#### Comentários:

Letra A - errada. De acordo com o art. 135 e art. 39, § 4º, ambos da CF/88, os Defensores Públicos são remunerados por subsídio.

*Art. 39, § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.*

*Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º. [Nota: a Seção III originalmente englobava a Defensoria Pública, que com a Emenda Constitucional nº 80, de 2014, passou à Seção IV. De toda forma, a regra continua aplicável].*

Letra B - errada. Aos Defensores Públicos é vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

*Art. 134, § 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e **vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.***

Letras C - errada. A CF/88 não assegura a vitaliciedade aos Defensores Públicos.

Letra D - correta. A assertiva está de acordo com o art. 134, § 4º, da CF/88.

*Art. 134, § 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.*

Letras E - errada. A CF/88 não assegura a vitaliciedade aos Defensores Públicos.

**Gabarito: Letra D.**



...

Forte abraço!

## Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	12

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

**Poder Executivo.**

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) Acerca das disposições constitucionais e doutrinárias sobre o Poder Executivo e seu Chefe, é incorreto afirmar que:**

- a) O sistema de governo adotado pelo texto constitucional é o presidencialismo.
- b) O cargo de chefe de Estado brasileiro é exercido pelo Presidente da República, que terá o auxílio dos Ministros de Estado que atuarão como chefes de Governo.
- c) Os Ministros de Estado são escolhidos pelo chefe Poder Executivo.
- d) No Brasil, as eleições presidenciais são realizadas segundo o sistema majoritário de dois turnos.
- e) No Brasil é vedada a eleição de Presidente e Vice-Presidente que estejam registrados em chapas eleitorais distintas.

**2) Analise os itens abaixo a luz da Constituição Federal:**



I. Se o Presidente da República não comparecer dentro de 10 dias da data fixada para sua posse, sem apresentar motivo de força maior, o Vice-Presidente assumirá o cargo de Presidente e o exercerá durante todo o mandato.

II. Se o Presidente da República comparecer para sua posse dentro de 10 dias da data fixada, mas o Vice-Presidente não comparecer tendo apresentado motivo de força maior, o Presidente exercerá todo o mandato sem ter um Vice-Presidente.

III. Se o Presidente da República e Vice-Presidente não comparecem dentro de 10 dias da data fixada para posse por motivo de força maior, ela será adiada para que, após cessado o motivo de força maior, eles possam assumir o cargo.

IV. Se o Presidente da República não comparece dentro de 10 dias da data fixada para a posse por motivo de força maior, o Vice-Presidente tomará posse e assumirá interinamente o cargo de Presidente, até que cesse o motivo de força maior.

**Considerando as hipóteses apresentadas, assinale a alternativa que contém apenas itens corretos.**

- a) I, III e IV.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I, II e IV.
- e) III e IV.

**3) Considerando as disposições da CF/88, analise os itens abaixo:**

**I- O Vice-Presidente da República que se ausentar do País por período superior a quinze dias, sem licença do Congresso Nacional, poderá perder o seu cargo.**

**II- O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em quinze de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.**

**III- Apenas o Presidente da República não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.**

**Considerando as hipóteses apresentadas, assinale a alternativa que contém apenas itens incorretos.**

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.





d) I e III.

e) II e III.

**4) Sobre a prestação de contas do Presidente da República, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

a) Compete ao Presidente da República prestar anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

b) Compete ao Presidente da República prestar trimestralmente, ao Senado Federal, as contas referentes ao seu mandato.

c) Compete ao Presidente da República prestar anualmente, ao Tribunal de Contas da União, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

d) Compete ao Presidente da República prestar anualmente, ao Senado Federal, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

e) Compete ao Presidente da República prestar a cada dois anos, ao Senado Federal, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

**5) Sobre o julgamento do Presidente da República nos crimes de responsabilidade, assinale a alternativa correta:**

a) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República deverá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

b) Nos crimes de responsabilidade, a acusação contra o Presidente da República deve ser admitida pela maioria absoluta do Senado Federal.

c) Nos crimes de responsabilidade, a acusação contra o Presidente da República deve ser admitida por dois terços do Congresso Nacional.

d) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República deverá ser julgado pelo Senado Federal.

e) Nos crimes de responsabilidade, o afastamento do Presidente da República, após a instauração do processo pelo Senado Federal, dura no máximo 120 dias.



## GABARITO

1. C	2. A	3. E	4. A	5. D
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

**1) Acerca das disposições constitucionais e doutrinárias sobre o Poder Executivo e seu Chefe, é incorreto afirmar que:**

- a) O sistema de governo adotado pelo texto constitucional é o presidencialismo.
- b) O cargo de chefe de Estado brasileiro é exercido pelo Presidente da República, que terá o auxílio dos Ministros de Estado que atuarão como chefes de Governo.
- c) Os Ministros de Estado são escolhidos pelo chefe Poder Executivo.
- d) No Brasil, as eleições presidenciais são realizadas segundo o sistema majoritário de dois turnos.
- e) No Brasil é vedada a eleição de Presidente e Vice-Presidente que estejam registrados em chapas eleitorais distintas.

### Comentários

Letra A - correta. O sistema de governo é a classificação que visa explicar o modo pelo qual se dá a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, havendo dois modelos muito utilizados, que são: presidencialismo e parlamentarismo.

PRESIDENCIALISMO	PARLAMENTARISMO
Chefia unipessoal (Presidente é Chefe de Estado e de Governo)	Chefia dual (Chefe de Estado e Chefe de Governo são pessoas diferentes)
	<u>O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, enquanto o chefe de Estado pode ser um presidente ou monarca, a depender.</u>
Não há vínculo entre Executivo e Legislativo.	Vínculo entre Executivo e Legislativo (Primeiro Ministro é indicado pelo parlamento)



Mandato por tempo determinado (Tem prazo)	Mandato por tempo indeterminado (Fica enquanto tiver apoio do parlamento)
--	---

No caso brasileiro, a escolha do sistema de governo adotado pela Constituição Federal pode ser notada no art. 76 da CF/88, que dispõe expressamente sobre a chefia do Poder Executivo ser exercida pelo Presidente da República.

*Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado*

Letra B - incorreta. O Presidente da República é o chefe do Poder Executivo. No sistema presidencialista, este atua como Chefe de Estado e de Governo, diferentemente do afirmado pela assertiva, o que a torna incorreta.

Os Ministros de Estado figuram como cargos de livre nomeação e exoneração que atuarão em auxílio ao Presidente na Administração Direta desconcentrada, chefiando os Ministérios existentes naquele Governo.

Desse modo, não há que se falar em Ministros como chefes de governo, uma vez que esta atribuição cabe ao Presidente da República, que exercerá a chefia unipessoal em virtude do sistema de governo presidencialista.

*Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.*

(...)

*Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*

*I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;*

*II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;*

Letra C - correta. De acordo com o art. 84, inciso I, da CF/88, os Ministros de Estado serão nomeados pelo Presidente da República e seu cargo figura dentre os classificados como de livre nomeação e exoneração, ficando a critério do chefe do Executivo a escolha dos Ministros que o auxiliarão.

*Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*

*I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;*

Letra D – correta. No Brasil, temos o sistema majoritário dualista na eleição presidencial. Nesse sistema, considera-se eleito o candidato que obtiver a **maioria absoluta dos votos válidos**. Caso não se obtenha essa maioria na primeira votação, será realizado um novo turno de votações.

*Art. 77, § 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.*



*§ 3º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-a nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.*

Letra E – correta. O ordenamento jurídico brasileiro não permite que haja uma votação para escolha do Presidente e outra do Vice-Presidente. Segundo o texto constitucional, o Chefe do Executivo e seu vice terão sua eleição simultânea, e a eleição do Presidente importará a do Vice-Presidente com ele registrado na chapa eleitoral.

Deste modo, a assertiva está correta e guarda consonância com o art. 77, *caput* e § 1º, da CF/88:

*Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.*

*§ 1º A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.*

**Gabarito: Letra C.**

## 2) Analise os itens abaixo a luz da Constituição Federal:

I. Se o Presidente da República não comparecer dentro de 10 dias da data fixada para sua posse, sem apresentar motivo de força maior, o Vice-Presidente assumirá o cargo de Presidente e o exercerá durante todo o mandato.

II. Se o Presidente da República comparecer para sua posse dentro de 10 dias da data fixada, mas o Vice-Presidente não comparecer tendo apresentado motivo de força maior, o Presidente exercerá todo o mandato sem ter um Vice-Presidente.

III. Se o Presidente da República e Vice-Presidente não comparecem dentro de 10 dias da data fixada para posse por motivo de força maior, ela será adiada para que, após cessado o motivo de força maior, eles possam assumir o cargo.

IV. Se o Presidente da República não comparece dentro de 10 dias da data fixada para a posse por motivo de força maior, o Vice-Presidente tomará posse e assumirá interinamente o cargo de Presidente, até que cesse o motivo de força maior.

**Considerando as hipóteses apresentadas, assinale a alternativa que contém apenas itens corretos.**

a) I, III e IV.

b) II e III.

c) I e II.

d) I, II e IV.



e) III e IV.

### Comentários

Itens I, III e IV – corretos. A posse do Presidente e do Vice-Presidente da República ocorrerá a princípio de forma conjunta perante o Congresso Nacional, sendo admitida que ela seja realizada no prazo máximo de dez dias da data fixada. Se, após os dez dias, o Presidente ou Vice não assumirem o cargo, será declarada a vacância do respectivo cargo, **salvo se a posse tiver deixado de ocorrer por motivo força maior**. Sobre o tema, veja o art. 78 da CF/88:

*Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.*

*Parágrafo único - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, **salvo motivo de força maior**, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.*

Caso o Presidente não tenha tomado posse, o Vice, então, poderá assumir interinamente ou em definitivo, a depender do caso:

*Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.*

Item II – incorreto. Se o Presidente da República comparecer para sua posse dentro de 10 dias da data fixada, mas o Vice-Presidente não comparecer, o Presidente exercerá todo o mandato sem ter um Vice-Presidente **apenas** caso este último **não tivesse apresentado motivo de força maior** que o impediu de tomar posse.

*Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.*

*Parágrafo único - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, **salvo motivo de força maior**, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.*

Caso o Vice-Presidente apresente motivo de força maior, o Presidente exercerá normalmente seu cargo, ficando sem a figura do Vice-Presidente, até que cesse o motivo de força maior que impediu a posse deste.

**Gabarito: Letra A.**

### 3) Considerando as disposições da CF/88, analise os itens abaixo:

**I- O Vice-Presidente da República que se ausentar do País por período superior a quinze dias, sem licença do Congresso Nacional, poderá perder o seu cargo.**



**II- O mandato do Presidente da República e de quatro anos e terá início em quinze de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.**

**III- Apenas o Presidente da República não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.**

**Considerando as hipóteses apresentadas, assinale a alternativa que contém apenas itens incorretos.**

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

### Comentários

Item I - correto. Assertiva de acordo com o art. 83 da CF/88:

*Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.*

Item II - incorreto. De acordo com o art. 82 da CF/88, o mandato terá início em 5 de janeiro do ano seguinte ao da eleição, e não em 15 de janeiro.

*Art. 82. O mandato do Presidente da República é de 4 (quatro) anos e terá início em 5 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.*

Item III - incorreto. De acordo com o art. 83 da CF/88, a vacância por ausência superior a 15 dias, sem a licença prévia do Poder Legislativo, aplica-se ao Presidente e ao Vice-Presidente.

*Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.*

**Gabarito: Letra E.**

**4) Sobre a prestação de contas do Presidente da República, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- a) Compete ao Presidente da República prestar anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.



- b) Compete ao Presidente da República prestar trimestralmente, ao Senado Federal, as contas referentes ao seu mandato.
- c) Compete ao Presidente da República prestar anualmente, ao Tribunal de Contas da União, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- d) Compete ao Presidente da República prestar anualmente, ao Senado Federal, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- e) Compete ao Presidente da República prestar a cada dois anos, ao Senado Federal, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

### Comentários

Vejamos o teor do art. 84, inciso XXIV, da CF/88:

*Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*

*(...)*

*XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;*

Assim, de acordo com o inciso da Constituição Federal acima transcrito, incumbe ao Presidente da República prestar contas ao Congresso Nacional anualmente, referentes ao exercício anterior, dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa.

Observe que, quanto a essas contas, o TCU dará parecer prévio (art. 71, inciso I, da CF).

**Gabarito: Letra A.**

### 5) Sobre o julgamento do Presidente da República nos crimes de responsabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República deverá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) Nos crimes de responsabilidade, a acusação contra o Presidente da República deve ser admitida pela maioria absoluta do Senado Federal.
- c) Nos crimes de responsabilidade, a acusação contra o Presidente da República deve ser admitida por dois terços do Congresso Nacional.
- d) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República deverá ser julgado pelo Senado Federal.





e) Nos crimes de responsabilidade, o afastamento do Presidente da República, após a instauração do processo pelo Senado Federal, dura no máximo 120 dias.

## Comentários

Relembremos o que dispõe o art. 86, §§ 1º e 2º, da CF/88:

*Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.*

*§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:*

*I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;*

*II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.*

*§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.*

De acordo com o artigo da Constituição Federal acima transcrito, no caso de crime de responsabilidade, a acusação contra o Presidente da República deve ser admitida por 2/3 da Câmara dos Deputados, cabendo o julgamento ao Senado Federal.

Letra A - incorreta. Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pelo Senado Federal, não pelo STF:

*Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o **Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.***

Letra B - incorreta. Nos crimes de responsabilidade, a acusação deve ser admitida por 2/3 da Câmara dos Deputados, não pela maioria absoluta do Senado Federal.

*Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por **dois terços da Câmara dos Deputados**, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.*

Letra C - incorreta. Nos crimes de responsabilidade, a acusação deve ser admitida por 2/3 da Câmara dos Deputados, não pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

*Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por **dois terços da Câmara dos Deputados**, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.*

Letra D - correta. Assertiva de acordo com o art. 86 da CF/88.





*Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por **dois terços** da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o **Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.***

Letra E - incorreta. O afastamento do Presidente da República, após a instauração do processo pelo Senado Federal dura no máximo 180 dias, não 120 dias.

*Art. 86, § 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.*

**Gabarito: Letra D**

...

Forte abraço!

**Túlio Lages**



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



## SIMULADO

### PODER JUDICIÁRIO

**1) De acordo com a Constituição Federal de 1988, lei complementar, cuja iniciativa compete ao Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**

- a) A remoção de magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa.
- b) O ingresso na carreira, mediante concurso público de provas e títulos, deve contar com a participação do Ministério Público em todas as fases.
- c) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria relativa de seus membros.
- d) Na magistratura, é possível a delegação aos servidores da prática de atos de administração e de mero expediente sem caráter decisório.
- e) Na magistratura, a promoção, de entrância para entrância, por merecimento, pressupõe 3 anos de exercício na respectiva entrância.

**2) Nos termos da Constituição Federal de 1988, é vedado aos juízes:**

- a) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- b) receber, exceto de forma excepcional, custas ou participação em processo;
- c) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, sendo vedada a estipulação de exceções por meio de lei.
- d) dedicar-se à atividade político-partidária.
- e) exercer um cargo de magistério.

**3) Sobre o Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.**

- a) Nas infrações penais comuns, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, os membros dos Tribunais Superiores e o Procurador-Geral da República.



b) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha, em votação aberta, pela maioria absoluta do Senado Federal.

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

d) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, serão os Ministros de Estado processados e julgados perante o Supremo Tribunal Federal, exceto se, em ambos os casos, os crimes forem conexos com os praticados pelo Presidente ou o Vice-Presidente da República.

e) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território e o Município.

#### 4) Em relação ao Poder Judiciário, considere:

I. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 membros com mandato de 2 anos, admitida uma recondução.

II. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

III. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

IV. O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional apenas à respectiva população.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) I, II e III.

B) I e II.

C) II e III.

D) I, III e IV.

E) III e IV.

**5) Considere a seguinte situação hipotética: Adriano e Lucas, membro do Tribunal Regional Eleitoral da 5ª Região e Governador do Estado de Rondônia, respectivamente, praticaram crime comum. Conforme a Constituição Federal de 1988, em regra, a competência para processar e julgar, originariamente, Adriano e Lucas é do**

A) Tribunal Regional Federal da respectiva região.



- B) Supremo Tribunal Federal.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- E) Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.

## GABARITO – PODER JUDICIÁRIO

1. D	2. D	3. A	4. B	5. C
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS – PODER JUDICIÁRIO

**1) De acordo com a Constituição Federal de 1988, lei complementar, cuja iniciativa compete ao Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**

- a) A remoção de magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa.
- b) O ingresso na carreira, mediante concurso público de provas e títulos, deve contar com a participação do Ministério Público em todas as fases.
- c) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria relativa de seus membros.
- d) Na magistratura, é possível a delegação aos servidores da prática de atos de administração e de mero expediente sem caráter decisório.
- e) Na magistratura, a promoção, de entrância para entrância, por merecimento, pressupõe 3 anos de exercício na respectiva entrância.

### Comentários

Letra A - incorreta. A remoção de magistrado, por interesse público, depende do voto da maioria absoluta do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, conforme o art. 93, inciso VIII, da CF/88, não da maioria simples do respectivo Tribunal como afirma a assertiva, sendo assegurada a ampla defesa.

*Art. 93, VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;*



Letra B - incorreta. No concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da magistratura, na participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, conforme o art. 93, inciso I, da CF/88, e não do Ministério Público como afirma a assertiva.

*Art. 93, I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;*

Letra C - incorreta. As decisões administrativas disciplinares dos tribunais são tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros, conforme o art. 93, inciso X, da CF/88, e não relativa, como afirma a assertiva.

*Art. 93, X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;*

Letra D – correta. É o que prevê o art. 93, inciso XIV da CF/88:

*Art. 93, XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório;*

Letra E - incorreta. A promoção, de entrância para entrância, por merecimento, pressupõe 2 anos de exercício na respectiva entrância, conforme o art. 93, inciso II, alínea b, da CF/88, e não 3 anos como afirma a assertiva.

*Art. 93, II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:*

*(...)*

*b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;*

**Gabarito: Letra D.**

## **2) Nos termos da Constituição Federal de 1988, é vedado aos juízes:**

- a) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- b) receber, exceto de forma excepcional, custas ou participação em processo;
- c) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, sendo vedada a estipulação de exceções por meio de lei.
- d) dedicar-se à atividade político-partidária.



e) exercer um cargo de magisterio.

### Comentários

Letra A – incorreta. O prazo de incompatibilidade é de três anos.

*Art. 95, Parágrafo único: Aos juízes é vedado: (...)*

*V — exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos **três anos do afastamento** do cargo por aposentadoria ou exoneração.*

Letra B – incorreta. O juiz jamais poderá receber custas ou participação em processo.

*Art. 95, Parágrafo único: Aos juízes é vedado: (...)*

*II — receber, **a qualquer título ou pretexto**, custas ou participação em processo;*

Letra C – incorreta. É possível que haja exceções previstas em lei, neste caso.

*Art. 95, Parágrafo único: Aos juízes é vedado: (...)*

*IV — receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, **ressalvadas as exceções previstas em lei;***

Letra D – correta. Corresponde ao inciso III do parágrafo único do art. 95, da CF/88:

*Art. 95, Parágrafo único: Aos juízes é vedado: (...)*

*III — dedicar-se à atividade político-partidária.*

Letra E – incorreta. Há permissão expressa para o exercício do magistério:

*Art. 95, Parágrafo único: Aos juízes é vedado:*

*I — exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, **salvo uma de magistério;***

**Gabarito: Letra D.**

### 3) Sobre o Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) Nas infrações penais comuns, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, os membros dos Tribunais Superiores e o Procurador-Geral da República.



b) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha, em votação aberta, pela maioria absoluta do Senado Federal.

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

d) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, serão os Ministros de Estado processados e julgados perante o Supremo Tribunal Federal, exceto se, em ambos os casos, os crimes forem conexos com os praticados pelo Presidente ou o Vice-Presidente da República.

e) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território e o Município.

### Comentários

Letra A – correta. De acordo com o art. 102, inciso I, alíneas b e c, da CF/88, cabe ao STF processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República. Os membros dos Tribunais Superiores, além das infrações penais comuns, também serão processados e julgados pelo STF nos crimes de responsabilidade.

*Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:*

*I - processar e julgar, originariamente:*

*(...)*

*b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;*

*c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;*

Letra B – incorreta. De fato, segundo o parágrafo único do art. 101 da CF/88, a escolha deve ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal. No entanto, nos termos do art. 52, inciso III, alínea a, da CF/88, essa votação é secreta, sendo pública somente a arguição que a precede:

*Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

*(...)*

*III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:*

*a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;*





Letra C – incorreta. A ação direta de inconstitucionalidade pode ocorrer em face de lei ou ato normativo federal ou estadual. Porém, nos termos do art. 102, inciso I, alínea a, da CF/88, a ação declaratória de constitucionalidade pode ocorrer somente em face de lei ou ato normativo federal, mas não estadual, o que torna a assertiva incorreta.

*Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:*

*I - processar e julgar, originariamente:*

*a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;*

Letra D – incorreta. Nas infrações penais comuns, a competência para processar e julgar os Ministros de Estado será sempre do STF.

Via de regra, nos crimes de responsabilidade, a competência também será do STF. Apenas nos casos de crime de responsabilidade conexos a atos praticados pelo Presidente ou o Vice-Presidente da República é que a competência se desloca para o Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso I, da CF/88:

*Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

*I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;*

Letra E – incorreta. De acordo com o art. 102, inciso I, alínea e, da CF/88, cabe somente ao STF processar e julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

*Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:*

*I - processar e julgar, originariamente:*

*(...)*

*e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;*

Por outro lado, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município são julgadas pelos juízes federais.

*Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:*

*(...)*



*II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;*

**Gabarito: Letra A.**

**4) Em relação ao Poder Judiciário, considere:**

I. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 membros com mandato de 2 anos, admitida uma recondução.

II. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

III. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

IV. O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional apenas à respectiva população.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) I, II e III.

B) I e II.

C) II e III.

D) I, III e IV.

E) III e IV.

**Comentários**

Item I – correto. O CNJ é composto por 15 membros com mandato de 2 anos, sendo permitida 1 recondução.

*Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 quinze) membros com mandato de 2 dois) anos, admitida 1 uma) recondução, sendo:*

*(...)*

Item II – correto. Nas ações de inconstitucionalidade e nos processos de competência do STF, o PGR deve ser previamente ouvido, consoante o art. 103, § 1º, da CF/88.

*Art. 103, § 1º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.*

Item III – incorreto. De acordo com o art. 109, inciso VI, da CF/88, a competência originária para processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho é dos juízes federais, não do STJ.



*Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:*

*(...)*

*VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;*

Item IV – incorreto. O erro desse item está em considerar apenas a população da unidade jurisdicional como critério de definição do número de juízes, uma vez que a efetiva demanda judicial também é parâmetro para determinação da quantidade de magistrados em cada localidade.

*Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:*

*(...)*

*XIII - o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;*

**Gabarito: Letra B.**

**5) Considere a seguinte situação hipotética: Adriano e Lucas, membro do Tribunal Regional Eleitoral da 5ª Região e Governador do Estado de Rondônia, respectivamente, praticaram crime comum. Conforme a Constituição Federal de 1988, em regra, a competência para processar e julgar, originariamente, Adriano e Lucas é do**

- A) Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- B) Supremo Tribunal Federal.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- E) Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.

### Comentários

De acordo com o art. 105, inciso I, alínea a, da CF/88:

*Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:*

*I - processar e julgar, originariamente:*

*a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal,*



*os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;*

Desta forma, a competência para processar e julgar membro do Tribunal Regional Eleitoral e Governador do Estado é, em ambos os casos, do STJ.

**Gabarito: Letra C.**

...

Forte abraço!

**Túlio Lages**



**Face:** [www.facebook.com/proftuliolages](http://www.facebook.com/proftuliolages)

**Insta:** [www.instagram.com/proftuliolages](http://www.instagram.com/proftuliolages)

**YouTube:** [youtube.com/proftuliolages](http://youtube.com/proftuliolages)



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	14

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

**Poder Legislativo**

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) Em relação aos Poder Legislativo, é incorreto afirmar que:**

a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, sendo que o número total de Deputados, bem como a representação por Estado, por Território e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

b) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, sendo que cada uma dessas unidades elegerá três Senadores, cada um com dois suplentes, e possuirá sua representação renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

c) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado, não sendo exigida a sanção do Chefe do Poder Executivo Federal para que aquela Casa resolva definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

d) Um Ministro de Estado, por sua iniciativa, poderá comparecer a uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado Federal para expor assunto de relevância de seu Ministério.



e) Compete privativamente a Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os Ministros de Estado e, ao Senado Federal, processá-los e julgá-los nos crimes de responsabilidade conexos com os do Presidente da República.

**2) É incorreto afirmar que:**

a) Tanto em caso de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o presidente da República.

b) Compete privativamente ao Senado Federal avaliar periodicamente o desempenho das administrações tributárias dos municípios.

c) No âmbito do controle político repressivo de constitucionalidade, o Congresso Nacional tem competência para sustar decreto do presidente da República que exorbite do poder regulamentar.

d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

e) Compete ao Congresso Nacional a escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

**3) Em virtude de polêmicas envolvendo suas declarações, um Ministro de Estado foi convocado por uma Comissão da Câmara dos Deputados para prestar declarações sobre o assunto objeto das citadas declarações, nesse caso, é correto afirmar que:**

a) A convocação está em desconformidade com a Constituição Federal, uma vez que as comissões não possuem competência para convocar os Ministros de Estado, sendo esta uma competência da Mesa da Câmara dos Deputados.

b) A convocação está em desconformidade com a Constituição Federal, uma vez que a Câmara dos Deputados não possui competência para convocar os Ministros de Estado, sendo esta uma competência da Mesa do Senado Federal.

c) A convocação está em conformidade com a Constituição Federal, devendo o Ministro comparecer sob pena de responder por crime de responsabilidade em caso de ausência sem justificativa adequada.

d) A convocação está em conformidade com a Constituição Federal, uma vez que apenas a Câmara dos Deputados possui competência para convocar Ministros de Estados, seja mediante Comissões, maioria absoluta dos Deputados Federais ou pela Mesa Diretora.

e) A convocação está em desconformidade com a Constituição Federal, uma vez que a Câmara dos Deputados não possui competência para convocar os Ministros de Estado, sendo esta uma competência do Congresso Nacional.



**4) Em relação aos Deputados e Senadores, é correto afirmar:**

- a) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não podem ser presos e serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) Recebida a denúncia contra Deputado Federal, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Câmara dos Deputados que, por iniciativa de qualquer cidadão e pelo voto da maioria absoluta dos membros da Casa, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação que, se assim restar decidido, suspenderá a prescrição do crime, enquanto durar a duração do mandato do réu.
- c) Exceto para fins de defesa nacional contra agressão estrangeira, os Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas em razão do exercício do mandato.
- d) Em tempo de guerra, a incorporação à Marinha do Brasil de um Deputado Federal, militar, depende de prévia licença da Câmara dos Deputados.
- e) No estado de defesa, as imunidades dos Senadores podem ser suspensas, para atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

**5) Ocorrerá a perda do mandato do parlamentar investido no cargo de:**

- a) Ministro de Estado.
- b) Governador de Território.
- c) Secretário de Estado.
- d) Secretário de Prefeitura de Capital.
- e) Chefe de missão diplomática permanente.



## GABARITO

1. A	2. D	3. C	4. D	5. E
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

### 1) Em relação aos Poder Legislativo, é incorreto afirmar que:

- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, sendo que o número total de Deputados, bem como a representação por Estado, por Território e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
- b) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, sendo que cada uma dessas unidades elegerá três Senadores, cada um com dois suplentes, e possuirá sua representação renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- c) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado, não sendo exigida a sanção do Chefe do Poder Executivo Federal para que aquela Casa resolva definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- d) Um Ministro de Estado, por sua iniciativa, poderá comparecer a uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado Federal para expor assunto de relevância de seu Ministério.
- e) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os Ministros de Estado e, ao Senado Federal, processá-los e julgá-los nos crimes de responsabilidade conexos com os do Presidente da República.

### Comentários

Letra A - incorreta. De acordo com o art. 45, caput e §§ 1º e 2º, da CF/88, cada Território elegerá um número fixo de 4 Deputados Federais, não um número proporcional à sua população. Além disso, Território não é unidade da Federação (é parte integrante da União). O restante da assertiva está correto.

*Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.*

*§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos*





*ajustes necessários, no ano anterior as eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.*

*§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.*

Letra B - correta. A assertiva está de acordo com o art. 46, *caput* e §§ 1º a 3º, da CF/88:

*Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.*

*§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.*

*§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.*

*§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.*

Letra C - correta. De acordo com o art. 48, inciso II, da CF/88, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado é uma competência do Congresso Nacional que exige a sanção do Presidente da República. Já resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional é uma competência exclusiva do Congresso Nacional, conforme o art. 49, inciso I, da CF/88.

*Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:*

*(...)*

*II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;*

*(...)*

*Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*

*I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;*

Letra D - correta. Conforme o art. 50, § 1º, da CF/88, ele pode comparecer ao Senado, à Câmara, ou a qualquer de suas Comissões, e isso engloba as CPIs que, embora sejam temporárias e possuam algumas características peculiares, não deixam de ser “Comissões”.

*Art. 50, § 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.*



Letra E - correta. De acordo com o art. 52, inciso I, da CF/88, os Ministros de Estado são processados e julgados pelo Senado nos crimes de responsabilidade conexos com os do Presidente ou Vice-Presidente da República, e pelo STF, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade que não sejam conexos com os do Chefe do Poder Executivo Federal ou seu Vice, conforme o art. 102, inciso I, c, da CF/88.

Em qualquer caso, deverá haver prévia autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros, para a instauração do processo, de acordo com o art. 51, inciso I, da CF/88.

*Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:*

*I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;*

*(...)*

*Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

*I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;*

*(...)*

*Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:*

*I - processar e julgar, originariamente:*

*(...)*

*c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;*

**Gabarito: Letra A.**

**2) É incorreto afirmar que:**

a) Tanto em caso de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o presidente da República.

b) Compete privativamente ao Senado Federal avaliar periodicamente o desempenho das administrações tributárias dos municípios.



- c) No âmbito do controle político repressivo de constitucionalidade, o Congresso Nacional tem competência para sustar decreto do presidente da República que exorbite do poder regulamentar.
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
- e) Compete ao Congresso Nacional a escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

### Comentários

Letra A - correta. Os crimes de responsabilidade correspondem às infrações político-administrativas cometidas no desempenho da função presidencial, sendo estas previstas na Lei Federal nº 1.079/1950.

Para que ocorra o processamento do presidente da República pelo Senado Federal, pela prática de crime de responsabilidade, ou pelo STF, pela prática de crime comum, faz-se necessário um juízo prévio de admissibilidade, que realmente deverá ser realizado pela Câmara dos Deputados, conforme dispõe o art. 51, inciso I, da CF/88:

*Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:*

*I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;*

Assim, o exame prévio de admissibilidade da acusação deverá ser realizado pela Câmara dos Deputados em ambos os casos, seja crime de responsabilidade ou de crime comum.

Letra B - correta. Conforme o art. 52, inciso XV, da CF/88, uma vez que o Senado Federal é o responsável pela representação dos Estados e do Distrito Federal, restou a ele a competência para avaliação das funcionalidades do Sistema Tributário Nacional e demais relacionadas ao Direito Tributário.

*Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

*(...)*

*XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.*

Letra C - correta. O poder regulamentar é o poder concedido ao chefe do Poder Executivo para editar atos normativos complementares à lei, nos termos do art. 84, IV, da Constituição Federal:

*Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*

*(...)*

*IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;*



Uma vez que o poder regulamentar deve complementar as leis, este encontra limites na própria legislação e cabe ao Poder Legislativo, em sua função fiscalizatória, analisar tais atos normativos quanto a inovações e excessos do Poder Executivo.

Assim, caso haja violação do uso do poder regulamentar, caberá ao Congresso Nacional a atribuição de sustar os atos normativos que estejam ultrapassando os limites de sua função.

*Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*

*(...)*

*V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;*

Por fim, o art. 49, inciso V, da CF/88 também menciona que cabe ao Congresso Nacional sustar as leis delegadas que exorbitem os limites da delegação legislativa prevista no art. 68 da CF/88.

Letra D - incorreta. O rol de competências da Câmara dos Deputados não faz qualquer menção a tal possibilidade, sendo, na verdade, uma competência exclusiva do Congresso Nacional.

Vale lembrar que quem permite que forças estrangeiras permaneçam ou transitem pelo território nacional é o Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional a autorização para que o Presidente realize tal permissão; veja:

*Art.48. Compete privativamente ao Presidente da República:*

*(...)*

*XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;*

*Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*

*(...)*

*II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;*

Letra E - correta. De acordo com o art. 49, inciso XIII, da CF/88, o Tribunal de Contas da União possui 9 membros, sendo que desse total o Congresso Nacional escolherá 2/3, e o Presidente da República, o 1/3 restante.

*Art. 49. É da competência exclusiva do **Congresso Nacional**:*

*(... )*

*XIII - **escolher** dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.*



Uma vez escolhidos os nomes, cabera ao **Senado Federal a responsabilidade para APROVAR** os ministros indicados pelo Presidente da República:

*"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

*(...)*

*III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:*

*(...)*

*b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;"*

Portanto, temos que:

**MINISTROS DO TCU:**

**Escolha:** Congresso Nacional (2/3) e Presidente da República (1/3).

**Aprovação:** Senado Federal (apenas dos indicados pelo Presidente).

**Gabarito: Letra D.**

**3) Em virtude de polêmicas envolvendo suas declarações, um Ministro de Estado foi convocado por uma Comissão da Câmara dos Deputados para prestar declarações sobre o assunto objeto das citadas declarações, nesse caso, é correto afirmar que:**

- a) A convocação está em desconformidade com a Constituição Federal, uma vez que as comissões não possuem competência para convocar os Ministros de Estado, sendo esta uma competência da Mesa da Câmara dos Deputados.
- b) A convocação está em desconformidade com a Constituição Federal, uma vez que a Câmara dos Deputados não possui competência para convocar os Ministros de Estado, sendo esta uma competência da Mesa do Senado Federal.
- c) A convocação está em conformidade com a Constituição Federal, devendo o Ministro comparecer sob pena de responder por crime de responsabilidade em caso de ausência sem justificativa adequada.
- d) A convocação está em conformidade com a Constituição Federal, uma vez que apenas a Câmara dos Deputados possui competência para convocar Ministros de Estados, seja mediante Comissões, maioria absoluta dos Deputados Federais ou pela Mesa Diretora.
- e) A convocação está em desconformidade com a Constituição Federal, uma vez que a Câmara dos Deputados não possui competência para convocar os Ministros de Estado, sendo esta uma competência do Congresso Nacional.



## Comentários

A convocação de Ministros de Estados e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República é um dos instrumentos da função fiscalizatória do Poder Legislativo, sendo tal ato de competência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como de qualquer de suas Comissões.

Além da competência já mencionada, o art. 50, *caput*, da CF/88 dispõe que a autoridade convocada **deverá** prestar informações pessoalmente, sendo estas acerca de algum assunto previamente determinado pela Casa Legislativa. O comparecimento do Ministro ou autoridade será obrigatório, sob pena de crime de responsabilidade. Veja:

*Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.*

Por fim, vale lembrar que além da convocação obrigatória realizada pela Casa Legislativa, é possível que as Mesas da Câmara e do Senado encaminhem pedidos de informação por escrito aos Ministros de Estado, que deverão ser respondidos no prazo de 30 dias, configurando crime de responsabilidade a recusa ou o seu não atendimento, conforme o art. 50, § 2º, da CF/88.

*Art. 50, § 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.*

**Gabarito: Letra C.**

### 4) Em relação aos Deputados e Senadores, é correto afirmar:

- a) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não podem ser presos e serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) Recebida a denúncia contra Deputado Federal, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Câmara dos Deputados que, por iniciativa de qualquer cidadão e pelo voto da maioria absoluta dos membros da Casa, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação que, se assim restar decidido, suspenderá a prescrição do crime, enquanto durar a duração do mandato do réu.
- c) Exceto para fins de defesa nacional contra agressão estrangeira, os Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas em razão do exercício do mandato.
- d) Em tempo de guerra, a incorporação à Marinha do Brasil de um Deputado Federal, militar, depende de prévia licença da Câmara dos Deputados.



e) No estado de detesa, as imunidades dos Senadores podem ser suspensas, para atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

## Comentários

Assim:

Letra A - incorreta. De acordo com o art. 53, §§ 1º e 2º, da CF/88, essa imunidade se inicia “desde a expedição do diploma”, não “desde a posse”. Além disso, conforme o art. 53, § 2º, da CF/88, é possível a prisão do parlamentar no caso de flagrante de crime inafiançável.

*Art. 53, § 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.*

*§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.*

Letra B - incorreta. De acordo com o art. 53, § 5º, da CF/88, a sustação do processo suspende, de fato, a prescrição, enquanto durar o mandato. Porém o cidadão, nesse caso, não possui legitimidade para iniciar a apreciação da sustação do processo, mas tão somente partido político com representação na Casa que, no caso, será a Câmara dos Deputados, conforme o art. 53, § 3º, da CF/88.

*Art. 53, § 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.*

Letra C - incorreta. Conforme o art. 53, § 6º, da CF/88, trata-se de uma vedação absoluta, válida em qualquer situação, sem exceções.

*Art. 53, § 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.*

Letra D - correta. De acordo com o art. 53, § 7º, da CF/88, mesmo que seja militar e o País esteja em guerra, o Parlamentar depende de prévia licença para que seja incorporado às Forças Armadas.

*Art. 53, § 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.*

Letra E - incorreta. Conforme o art. 53, § 8º, da CF/88, a suspensão das imunidades pode ocorrer no estado de sítio, mas não no estado de defesa. Para que sejam suspensas, faz-se necessário o voto de 2/3 dos membros da Casa respectiva e, mesmo assim, só será válida para os casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.





*Art. 53, § 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.*

**Gabarito: Letra D.**

**5) Ocorrerá a perda do mandato do parlamentar investido no cargo de:**

- a) Ministro de Estado.
- b) Governador de Território.
- c) Secretário de Estado.
- d) Secretário de Prefeitura de Capital.
- e) Chefe de missão diplomática permanente.

**Comentários**

O art. 56, inciso I, da CF/88 traz uma série de cargos que poderão ser exercidos pelo parlamentar sem a perda do seu mandato. São eles:

Ministro de Estado.

Governador de Território.

Secretário de Estado, DF e Territórios

Secretário de **Prefeitura de Capital.**

Chefe de missão diplomática **temporária.**

Perceba que apenas o Governador do Território (não de Estado) é que poderá manter seu cargo parlamentar. Em virtude da ausência de autonomia dos Territórios, seus governadores serão indicados pelo Presidente da República e serão sabatinados pelo Senado Federal, que é o responsável por aprová-los ao cargo.

Além do Governador de Território, é comum que as provas façam pegadinhas com as Prefeituras. O parlamentar só poderá manter seu cargo eletivo caso seja investido como secretário de Prefeitura **de Capital.** Se não for uma capital, o parlamentar perderá o mandato.

Finalmente, é necessário saber que a manutenção do mandato parlamentar se dá em casos de investidura como chefe de missão diplomática de caráter **temporário**, e não permanente.

*Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:*





*I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;*

**Gabarito: Letra E.**

...

Forte abraço!

**Túlio Lages**



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.